

O *êthos* de Torquato e a refutação da ética de Epicuro no *De finibus* de Cícero

(Torquatus' *êthos* and the refutation of the ethics of Epicurus in Cicero's *De finibus*)

Sidney Calheiros de Lima
Universidad de San Pablo (Brasil)
sidneycalherios@gmail.com

Recibido: 03/08/2014
Evaluado: 09/09/2014
Aceptado: 15/09/2014

Resumo:

O *De finibus bonorum et malorum* de Cícero é um tratado composto por três diálogos distintos, os quais, por meio do método de *in utramque partem dicere*, lidam com o pensamento ético das escolas filosóficas mais influentes da época: o epicurismo, o estoicismo e a tradição acadêmica. Ressaltando o estatuto mimético do diálogo ciceroniano e defendendo que Cícero utiliza os elementos que compõem as representações com fins persuasivos, analisamos o *êthos* do expositor do pensamento de Epicuro, tentando mostrar como a construção dessa personagem, no primeiro diálogo, favorece a refutação empreendida pela personagem Cícero.

Palavras chave: Literatura latina, Filosofia, Retórica, Cícero, epicurismo

Abstract:

Cicero's *De finibus bonorum et malorum* is a treatise composed of three different dialogues. Using the method of *in utramque partem dicere*, these dialogues deal with the ethics of the most important schools of the time: Epicureanism, Stoicism and the Academic tradition. By putting in evidence the mimetic status of Cicero's dialogues in general and sustaining that he uses the elements that compose the representations with persuasive intent, we examine the *êthos* of the expositor of Epicurus' thought, trying to show how the construction of this character, in the first dialogue, is useful for the refutation delivered by Cicero's own character.

Key words: Latin literature, Philosophy, Rhetoric, Cicero, epicureanism

O *De finibus bonorum et malorum*, obra composta em 45 a. C., faz parte de um amplo projeto empreendido por Cícero, cujo desenvolvimento se torna mais intenso nos últimos anos de sua vida, o qual visava trazer ao latim a filosofia grega. Em mais de uma obra sua, tal projeto é apresentado pelo autor como um *munus rei publicae*, isto é, como um serviço que ele pretende prestar à sua cidade, à causa comum, aos seus concidadãos¹.

No contexto da ditadura de César, época em que se dá a composição do *De finibus*, declarar tal apego à *res publica*, não serve apenas para angariar a simpatia de um segmento considerável da sociedade romana ou para elevar o status de seu *otium*. Tem essa finalidade também, mas é, antes de qualquer outra coisa, a clara manifestação de um posicionamento político, o qual informa boa parte das reflexões filosóficas do autor. A filosofia, considerada uma *ars uiuendi*, deve estar a serviço da vida que é própria do homem, a vida em sociedade. Em nossa opinião, a atividade filosófica de Cícero não pode ser bem compreendida, caso se negligencie a função política de que ela deliberadamente se reveste.

Para tratarmos especificamente do *De finibus*, podemos partir de uma declaração dada pela *persona* do autor no prefácio geral à obra:

Ora, o que se deve de tal modo buscar na vida senão o que se busca tanto na filosofia em seu todo, quanto nestes livros sobretudo: qual é o fim, o que é extremo, o que é último, para onde se deve reportar todo desígnio de viver bem e agir com retidão; o que a natureza persegue como aquilo que é supremo dentre as coisas a serem buscadas e o que ela evita como o extremo dos males? E uma vez que a respeito desse assunto há entre os mais eruditos enorme discordância, quem consideraria impróprio do prestígio que a mim cada qual atribui investigar o que é o melhor e o mais verdadeiro em todas as ocupações da vida?²

¹ S. C. Lima. “Cícero e a obra filosófica em latim como *munus rei publicae*”. *Nuntius Antiquus*, 5, julho de 2010, p. 92-110.

² Cícero, *Fin.*, I, 11: *Quid est enim in uita tantopere quaerendum quam cum omnia in philosophia, tum id quod his libris quaeritur, qui sit finis, quid extremum, quid ultimum, quo sint omnia bene uiuendi recteque faciendi consilia referenda, quid sequatur natura ut summum ex rebus expetendis, quid fugiat ut extremum malorum? Qua de re cum sit inter doctissimos summa dissensio, quis alienum putet eius esse dignitatis quam mihi quisque tribuat quid in omni munere uitae optimum et uerissimum sit exquirere?*

O conceito de *finis*, ou antes, *télos*, remonta ao pensamento de Aristóteles³, do qual não pretendemos tratar aqui. Por motivos práticos, basta-nos observar que, ao anunciar a *res* do tratado, Cícero expõe de modo claro o conceito, traduzindo-o para o latim. Trata-se daquele fim último que motiva todas as nossas ações.

Quanto ao método utilizado ao longo da investigação, ele se faz necessário diante da constatação da enorme *dissensio* que existe entre os mais eruditos. Se cada um afirma uma coisa, parece apropriado investigar a questão por meio do confronto entre discursos contraditórios, com vistas a alcançar o *finis* mais próximo da verdade. Tal procedimento, também indicado no trecho citado acima, é uma referência clara ao método da Nova Academia e a sua busca pelo *probabile*⁴.

Ao método se associa, além disso, a organização do tratado⁵. São três diálogos, cada um tratando da solução proposta para o *finis* por uma das mais importantes correntes filosóficas do período: o epicurismo, o estoicismo e a tradição acadêmico-peripatética. Cada um dos diálogos é ambientado em lugar e tempo distintos dos demais. Em cada cena, uma personagem representa o *patronus* de uma corrente filosófica. Depois de cada exposição, uma personagem que leva o nome Cícero intervém como refutador das teses apresentadas. Além do tema comum, confere unidade ao conjunto a *persona* do autor, que, falando em seu próprio nome, introduz, em três prefácios, cada um dos diálogos, em uma conversação que se estabelece com o destinatário do tratado: Marco Júnio Bruto.

³ Cf. Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, 1094a18-22. É verdade que a discussão moral fundamentada em uma questão acerca da finalidade da ação já se encontra em Platão. No *Górgias*, quando discute com Polo, Sócrates se serve da expressão *hoû héneka*, “em vista de quê”, quando pergunta a Polo se o homem, quando faz algo, deseja aquilo mesmo que faz, ou outra coisa a que visa quando realiza a ação (Platão, *Górgias* 467d.; vejam-se ainda os comentários de E. R. Dodds, em sua edição do *Górgias*: 1990, p. 235-237). O conceito de *télos* como nós o conhecemos, no entanto, aparece formulado em Aristóteles.

⁴ Mesmo que os termos *optimum* e *uerissimum* pareçam conferir um caráter absoluto à solução, segundo pensamos (e a leitura total do tratado sugere exatamente isso), a ênfase está não propriamente na descoberta do que seja *optimum* e *uerissimum* em tudo aquilo a que nos aplicamos, mas na atividade de *exquirere*, de investigar, por meio do exame das opiniões divergentes dos mais eminentes filósofos.

⁵ Há interessante testemunho em carta datada de junho de 45 a. C.: *Ad Att.*, XIII, 19, 4: “Por outro lado, o que escrevi nestes últimos tempos tem um modo *aristotélico*, em que, de tal forma é introduzido o diálogo entre os demais, que nas mãos dele próprio esteja o papel principal. Dessa forma, compus cinco livros *Sobre os fins*, de modo que o que é de Epicuro eu confiasse a Lúcio Torquato, o que é dos estoicos, a Marco Catão, *o dos peripatéticos*, a Marco Pisão” / *Quae autem his temporibus scripsi Aristotéleion morem habent, in quo ita sermo inducitur ceterorum ut penes ipsum sit principatus. Ita confeci quinque libros peritêlon ut epicurea L. Torquato, stoica M. Catoni, peripatetiká M. Pisoni darem.*

O método referido, por vezes tratado por meio da expressão *in utramque partem dicere*, é atribuído à tradição acadêmica⁶. Dessa mesma tradição, vem a forma dialógica mediante a qual a discussão é apresentada. Já que nos interessa discutir a personagem Torquato e o modo como sua composição serviria à argumentação geral do tratado, importa discorrer, ainda que rapidamente, sobre o diálogo filosófico ciceroniano.

As personagens que no *De finibus* intervêm nas três cenas distintas guardam relação com indivíduos históricos. É um traço recorrente, aliás, dos diálogos ciceronianos. Mas nem por isso podem ser confundidos com obra de historiador. São representações, compostas por mimese, para utilizarmos a terminologia aristotélica. Ainda que sejam forjadas a partir indivíduos históricos, as personagens e as ações por elas desempenhadas, seus discursos, não correspondem exatamente ao que disseram ou fizeram os indivíduos históricos que lhes emprestam o nome.⁷ Há importantes declarações feitas pelo autor acerca de sua obra dialógica, muitas das vezes colhidas da correspondência, que nos permitem fundamentar nossa interpretação. Vejamos algumas apenas: as que nos parecem mais significativas para nossa discussão.

Em carta de 45 a. C., por meio da qual dedica a segunda versão da *Acadêmica* ao polígrafo Varrão, que é também representado como personagem na obra, Cícero faz uma reflexão pertinente sobre o modo como compõe seu diálogo filosófico e sobre as convenções que parecem guiá-lo. O autor discute justamente a atribuição das *partes* às personagens:

Para ti eu dei as partes que dizem respeito a Antíoco, as quais entendi – assim me parecia – que tu aprovavas; para mim, tomei as de Fílon. Penso que, depois de leres,

⁶ Veja-se a rica discussão acerca dos diferentes tipos de investigação filosófica no início do segundo livro do *De finibus* (II, 1-5).

⁷ Partimos, evidentemente, das discussões acerca da mimese que aparecem na *Poética* de Aristóteles. Em primeiro lugar, recordemos que o autor classifica claramente os *Sokratikoi logoi* como uma modalidade de mimese, ainda que não versificada (*Poética*, 1447b10-14). Por outro lado, no capítulo IX, seção do tratado em que mais claramente se expõe o conceito-chave de mimese, no célebre contraponto que se estabelece entre poesia e história, Aristóteles atribui a esta a expressão do que é particular e àquela, o tratamento do universal, segundo o provável ou o necessário. Para ele, a mimese lidaria com tipos de caracteres, aos quais se associam tipos de ação e de discurso, mesmo quando a esses tipos se atribuam nomes particulares. Ainda no capítulo IX, Aristóteles considera a possibilidade de o poeta lidar com eventos e indivíduos históricos em sua trama. Poderá fazê-lo, e nem por isso deixará de ser poeta, pois mesmo eventos e indivíduos históricos podem se adequar às convenções da composição poética. Nos diálogos de Cícero, como demonstraremos a seguir, embora as personagens sejam históricas, suas ações são forjadas: não correspondem a ações particulares que tenham realizado.

ficarás admirado de nós termos falado um com o outro aquilo que nunca falamos; mas tu conheces as convenções dos diálogos.⁸

A hesitação com respeito à acolhida que a obra poderia ter por parte do suscetível Varrão – assim alguns críticos interpretam a relativa *quas a te probari intellexisse mihi uidebar*⁹ – motiva uma reflexão acerca do *mos dialogorum*: nesse gênero, ao menos como Cícero o cultivava, não se exprimem fatos, não se trata do que é particular: as personagens, mesmo se moldadas a partir de indivíduos históricos, participam de uma conversa que jamais aconteceu. Alguns princípios, no entanto, regem a representação no diálogo ciceroniano. Recordemos os motivos que conduziram o autor da *Academica* a, já no processo final de composição da obra, alterar toda sua organização dramática. Parte das reflexões de Cícero está registrada em sua correspondência:

Aquela *sýntaxis* sobre a Academia, nós a transferimos inteiramente a Varrão. Primeiramente, foi de Cátulo, de Luculo e de Hortênsio; em seguida, porque parecia *se afastar do decoro*¹⁰, pelo fato de que era conhecida, não por certo *a falta de instrução* desses homens, mas *a falta de manejo* com esses assuntos, assim que cheguei a minha quinta¹¹, transferi aqueles mesmos diálogos a Catão e a Bruto. Eis, então, tua carta sobre Varrão! A ninguém pareceu ser mais apropriado o pensamento de Antíoco¹².

⁸ Cic., *Ad fam.*, IX, 8, 1: *Tibi dedi partes Antiochinas, quas a te probari intellexisse mihi uidebar, mihi sumpsi Philonis. Puto fore ut cum legeris mirere nos id locutos esse inter nos quod numquam locuti sumus; sed nosti morem dialogorum.*

⁹ Cf. C. Lévy, *Cicero academicus*. Roma. École Française de Rome, 1992, p. 136. Ainda que divergentes em outras questões que dizem respeito à composição da *Academica*, análises semelhantes sobre a difícil relação entre autor e destinatário se encontram nos comentários de Reid à edição da *Academica*, cujo texto, em primeira edição, é de 1885 (Reid, 1984, p. 34) e, mais recentemente, em M. Griffin. “The composition of the *Academica*: motives and versions”. B. Inwood, J. Mansfeld, *Assent & Argument. Studies in Cicero’s Academic books*. Leiden, Brill, 1997. p. 1-35.

¹⁰ Os itálicos em nossa tradução indicam termos que aparecem em grego no texto de Cícero. O anterior, *sýntaxis*, que não traduzimos, por se tratar de termo que não encontra correspondente exato em português, parece indicar um tipo de escrito filosófico que reúne, em torno de um mesmo tema (a querela dentro da Academia, o *finis* etc.) diálogos diferentes, cuja distinção se estabelece pela mudança de interlocutores, como atos dentro de um mesmo drama, ou pela alteração da cena: dias distintos de um mesmo longo encontro, ou encontros completamente distintos.

¹¹ A propriedade de campo de Arpino.

¹² Cic., *Ad Att.*, XIII, 16, 1: *Illam totam Akademikên sýntaxin ad Varronem traduximus. Primo fuit Catuli, Luculli, Hortensi; deinde, quia parà tò prépon uidebatur, quod erat hominibus nota non illa quidem apaideusía, sed in rebus atripsía, simul ac ueni ad uillam eosdem illos sermones ad Catonem Brutumque transtuli. Ecce tuae litterae de Varrone: nemini uisa est aptior Antiochia ratio.*

Essa significativa declaração mostra três momentos diferentes da composição: primeiramente, o diálogo sobre a questão do conhecimento estava dividido entre quatro personagens¹³. Depois, percebendo um problema de adequação, de decoro, que lançaria por terra a credibilidade da obra toda – os outros interlocutores eram reconhecidamente pouco acostumados às discussões filosóficas e não poderiam figurar em uma discussão tão sutil –, a primeira decisão do autor foi a de utilizar Catão e Bruto como novos interlocutores, dois homens versados em filosofia. No entanto, surge um pedido de Ático, feito em carta a que se refere Cícero, em favor de Varrão. Cícero acolhe a sugestão: Varrão poderia desempenhar a função de patrono das teses de Antíoco. Ninguém seria tão apropriado... Importa-nos pouco saber se houve, de fato, uma versão intermediária entre as duas versões da *Acadêmica* que, ainda que parcialmente, conhecemos¹⁴. O que interessa, sobretudo, é reconhecer que Cícero compõe obra mimética e, ao fazer isso, se apega à preocupação de adequar a matéria tratada às personagens que vão discorrer sobre ela.

Ainda que sejam utilizados de modo bastante econômico¹⁵, os elementos dramáticos parecem ser fruto de uma cuidadosa deliberação da parte do autor.¹⁶ É importante dizer que o autor se mostra consciente do pertencimento de sua obra a determinado gênero, de sua inserção em determinada tradição de escritos filosóficos, a dos *sermones*. Indica, em algumas passagens, que tem em Platão um modelo, embora possa seguir também Aristóteles, cujos diálogos não foram preservados até nossos dias, além de outros autores que, ao menos para os modernos, têm menor expressão¹⁷.

¹³ Devemos incluir Cícero.

¹⁴ Boa discussão sobre uma versão intermediária da *Academica* se encontra em M. Griffin, *op. cit.*, p. 20-27.

¹⁵ É bem verdade que o tratamento do *êthos* das personagens se desenvolve ao longo do diálogo, conforme as falas vão se acumulando, mas referências ao espaço dramático se restringem quase que completamente ao início da conversação e ao seu término. No mais, os longos discursos quase nos fazem esquecer que há outros personagens e que a cena se desenvolve em lugar tão cuidadosamente determinado. O encerramento dos diálogos, então, quando as interpelações passam a ser mais frequentes e quando há nova referência ao espaço e ao tempo, restabelece o quadro dramático que encerra circunstancialmente a discussão filosófica.

¹⁶ O estudo mais abrangente a respeito da elaboração das cenas e do zelo demonstrado por Cícero em suas composições continua sendo o de M. Ruch, *Le préambule dans les oeuvres philosophiques de Cicéron*, Paris, Belles-Lettres, 1958, que recorre de modo exaustivo à correspondência, na qual registra-se com detalhe o trabalho de pesquisa empreendido pelo autor com vistas à composição de seus diálogos.

¹⁷ Recordemos a discussão de *Ad Att.*, IV, 16, 3 em torno da *República* de Platão e do uso da personagem de Cévola no *De oratore*. Essa reflexão se aproxima significativamente daquilo que vimos sobre a *Acadêmica*. Vale também evocar o prefácio do *De finibus*, em que o autor compara o que pretende realizar (quando defende que possa fazer empréstimos das obras de Platão e Aristóteles) com o que fizeram poetas romanos como Ênio e Afrânio, quando seguiram,

Concebendo a si mesmo, em sua empresa de escritor de filosofia, como um continuador da obra de Platão¹⁸, o autor romano, olhando para a tradição, julga a qualidade da composição do diálogo filosófico tendo como critério o *commodum* (cf. *Ad Att.*, IV, 16, 3). Por um lado, uma adequação entre os elementos representados; isto é, entre as três coisas que Aristóteles tratava como “aquilo que é representado”¹⁹: ações, caracteres, pensamentos; por outro lado, um ajuste entre os objetos representados e os elementos históricos, conhecidos do leitor, a partir dos quais as representações possam ter sido forjadas²⁰.

Tendo tratado, portanto, da preocupação de Cícero com o ajuste entre os elementos que compõem as cenas, observemos em que medida o autor pode produzir efeitos persuasivos a partir da manipulação deles. Examinemos, então, o *De finibus* e, mais especialmente, a personagem que no primeiro diálogo expõe a teoria do prazer. Analisando o *patronus* do epicurismo, nessa cena em particular, mas à luz da argumentação geral desenvolvida pelo autor no tratado, percebermos o modo como Cícero se serve da composição da personagem para construir, discursivamente, ao longo da obra, o sumo bem mais *probabile*, que é afinal, o propósito declarado do tratado²¹.

Levando em conta o projeto político-pedagógico que é, como vimos, uma preocupação central do republicano Cícero, vale a pena notar que, para as cenas dos dois primeiros diálogos do *De finibus*, são chamados a atuar personagens que perderam suas vidas em decorrência dos eventos da guerra

respectivamente, Homero e Menandro (cf. *Fin.*, I, 7). Veja-se ainda C. Auvray-Assayas. “Réécrire Platon? Les enjeux du dialogue chez Cicéron”. F. Cossutta, M. Narcy, *La forme dialogue chez Platon*. Grenoble, Jérôme Millon, 2001. Ademais, a própria escolha do gênero dialógico (que se conforma com a investigação dialética) é um índice do modelo que segue o autor romano. Para uma discussão, em Cícero, da relação entre investigação e diálogo, veja-se o início do livro II do *De finibus*. Com relação a outros modelos, em uma carta já citada (*Ad Att.*, XIII, 19, 3-4), Cícero faz referência ainda a Heraclides do Ponto, que diz seguir em ocasiões. Esse autor do século IV a. C., ligado à Academia, mas também a Aristóteles, compôs diálogos cujas cenas recuavam no tempo. Cícero o relaciona a seu *De re publica*.

¹⁸ Cf. *Fin.*, I, 7. Julga-se continuador de Platão tanto no que diz respeito ao gênero literário quanto ao método de investigação. A título de ilustração, vale ainda mencionar a alcunha dada por Quintiliano a Cícero: “emulador de Platão” (Cf. *Institutio oratoria*, X, 1, 123: *Platonis aemulus*).

¹⁹ Cf. Aristóteles, *Poética*, 1450a 11: *hà dè mimoûntai*.

²⁰ Esse ajuste entre representação e elementos históricos é do âmbito da arte poética, que pode lidar com um material, seja histórico, seja mitológico, que preexista ao trabalho do poeta e que é do conhecimento das pessoas em geral. Recordemos o que Aristóteles fala da composição de personagens a partir de indivíduos históricos e de personagens tradicionais na *Poética* (1451b15-33).

²¹ Cf. Cic., *Fin.*, I, 11, citado anteriormente.

civil entre César e Pompeu²². O tratamento dado às personagens Torquato e Triário, no primeiro diálogo, e a Catão, no segundo, adquirem, em certa medida, o estatuto de uma *laudatio funebris*.

No que diz respeito a Lúcio Mânlio Torquato, é certo que já estava morto em 46 a. C.. Morreria na África, após ter sido derrotado em uma batalha contra as forças de César²³. No *Brutus*, publicado justamente em 46 a. C., o jovem que viria a ser tomado como interlocutor no *De finibus* é lembrado assim:

“Restam a ser mencionados os que morreram; L. Torquato, a quem não tão rapidamente chamarias rétor, ainda que não lhe faltassem as palavras, quanto, como dizem os gregos, *politikós*. Havia nele abundante instrução, e não essa de todo mundo, mas uma mais aprofundada e recôndita, uma memória sobre-humana, extrema gravidade e elegância nas palavras. E a tudo isso tornavam mais belo o prestígio e a integridade de sua vida.”²⁴

Ressalte-se o peso do termo *politikós*, que parece designar um cidadão que, ainda que não seja orador profissional, participa ativamente da vida política da cidade²⁵. Veremos, mais adiante, em que medida as características destacadas aqui no *Brutus* encontrarão eco no *De finibus*, composto no ano seguinte.

No jogo de temporalidades de que faz uso ao longo do *De finibus*²⁶, vale observar que o autor, no prefácio do livro III, aproxima-se sensivelmente da personagem que, levando seu

²² O argumento poderia ainda incluir Pisão? À complexa personagem do terceiro diálogo (livro V), no entanto, não se exclui a possibilidade de uma morte natural. O fato é que as informações não são seguras.

²³ J. Annas, na introdução a uma tradução inglesa do *De finibus* (Cicero, *On moral ends*, Cambridge, CUP, 2001, p. xvi), assinala o ano de 48 a. C. para a morte de Torquato.

²⁴ Cícero, *Brutus*, 265: *Relicui sunt, qui mortui sint; L. Torquatus, quem tu non tam cito rhetorem dixisses, etsi non deerat oratio, quam, ut Graeci dicunt politikón. Erant in eo plurima litterae nec eae uulgares, sed interiores quaedam et reconditae, diuina memoria, summa uerborum et grauitas et elegantia. Atque haec omnia uitae decorabat dignitas et integritas..*

²⁵ É o que pensa também J. Martha em nota *ad locum* de sua edição do *De finibus*: Cicéron. *Des termes extrêmes des biens et des maux*, Paris, Belles-Lettres, 1923.

²⁶ O primeiro diálogo (livros I e II) se desenvolve no ano de 50 a. C., data que pode ser precisada pela menção à designação de Torquato para o cargo de pretor, o qual, sabemos, ocupou no ano seguinte (cf. *Fin.*, II, 74). Já o segundo diálogo (livros III e IV) se passa em 52 a. C., ou pouco depois, data a que se pode chegar por meio da referência a uma lei promulgada por Pompeu, em 52 a. C., para restringir a duração dos processos jurídicos (cf. *Fin.*, IV, 1). No terceiro diálogo (livro V), há um importante recuo temporal, que não é sem importância para a organização do tratado. A cena se passa em 79 a. C., ano em que Cícero reside em Atenas, onde frequenta filósofos como

nome, discute com Torquato no ano de 50 a. C., ano em que se passa a primeira cena. Nessa passagem crítica do tratado, momento em que se opera a transição da primeira para a segunda cena²⁷, o autor avalia o debate que acabou de ser apresentado. Ele assevera então a vitória de seu discurso sobre o de Torquato, atribuindo à pertinácia de seu oponente o impasse que permanecera ao final do diálogo. Dirigindo-se ao destinatário, ele diz: “se o prazer, Bruto, falasse em favor próprio e não tivesse patronos tão obstinados, julgo que, refutado no livro anterior, haveria de ceder à dignidade²⁸”.

A derrota do prazer, assim declarada no prefácio do livro III, já fora prenunciada no final do primeiro diálogo. Torquato diz que, embora se julgasse capaz de retrucar os argumentos de Cícero, preferia se instruir mais, recorrendo a seus mestres, célebres epicuristas da época, Síron e Filodemo. Ao final da cena, Cícero, ex-cônsul, figura de prestígio que os mais jovens vieram saudar respeitosamente (cf. I, 14), se sobressai como homem de conhecimentos maduros em filosofia. Síron e Filodemo são, afinal, amigos seus (cf. *familiares nostros*, II, 119). A Torquato resta a condição de *auditor*, de discípulo que vai se informar junto a seus mestres e que terá muito a discutir com outros jovens (inclusive com a terceira personagem, Triário, também avesso ao epicurismo) antes que possa, em outra ocasião, responder com propriedade à refutação proferida pela personagem Cícero.

Sem que se desconsidere a argumentação lógica, parece-nos que a alegada vitória se constrói em grande medida graças ao modo como é composta a personagem do expositor. Quando falamos de composição da personagem, pensamos nas categorias de caráter e pensamento tais quais foram tratadas na *Poética* de Aristóteles. Boa parte das discussões

Fedro, epicurista, e Antíoco, discípulo do acadêmico Filon. O tratado se encerra com uma cena que conta com Cícero jovem, ainda estudante em Atenas.

²⁷ Dizemos isso porque, na próxima oportunidade que terá para falar, isto é, na transição da segunda para a terceira cena, o autor não fará uma avaliação do debate estoico. E se ao final do segundo diálogo temos, em cena, novamente um impasse, pois Catão, assim como fizera Torquato, mantém-se apegado aos princípios da escola que segue, Cícero, contudo, não sai de cena como suposto vencedor. A última objeção de Catão, urbanamente rebaixada pela personagem de Cícero, aponta para uma leve vitória do *honestum*: a divergência entre os interlocutores seria, no máximo, quanto à expressão verbal, quanto à terminologia. É verdade que a questão da linguagem filosófica está longe de ser uma questão menor no pensamento de Cícero...

²⁸ *Fin.*, III, 1: *Voluptatem quidem, Brute, si ipsa pro se loquatur nec tam pertinaces habeat patronos, concessuram arbitror conuictam superiore libro dignitati.*

que até aqui avançamos acerca do estatuto mimético do diálogo ciceroniano está de algum modo fundamentada na tradição aristotélica. Mesmo os textos em que o próprio Cícero reflete sobre seu modo de compor diálogos são devedores dessa tradição. Na análise que faremos de Torquato, não abandonaremos esse enfoque. Tendo em vista, no entanto, que Torquato atua como um orador – traço comum, aliás, a todas as personagens de patronos e refutadores que se encontram no *De finibus* –, declarando inclusive a sua preferência pelo tipo de discurso que é mais típico do orador (a *oratio perpetua*)²⁹, pareceu-nos pertinente lançar mão do conceito de *êthos* conforme é tratado na teoria retórica.

Também nesse caso recorreremos a Aristóteles. Para o autor da *Retórica*, o orador persuade por meio do caráter, quando seu discurso o torna digno de crédito³⁰. Mostrando-se, através de seu discurso, um homem de bem, parecendo virtuoso, bem intencionado, teria maior capacidade de inspirar a confiança dos ouvintes a respeito daquilo que fala. O autor ressalta que esse é um meio de prova que se constrói no próprio discurso. Esse é o sentido mais restrito de *êthos*³¹. No segundo livro do tratado, Aristóteles desenvolve o conceito mais amplamente, defendendo que o orador deve adaptar seu caráter aos caracteres daqueles que ouvem³². O orador deverá conhecer, portanto, os diversos caracteres humanos, de acordo com faixa etária, posição social etc. e, ao compor um discurso, criar um caráter adequado a persuadir certo tipo de auditório.

Cícero conhece a doutrina e, no *Orator*, obra de 46 a. C., faz uma menção ao conceito, ainda que rapidamente: “Duas são as coisas que, bem empregadas pelo orador, podem tornar admirável a eloquência. Uma delas, que os gregos chamam *ético*, é adequada às naturezas, aos modos de proceder e a todos os costumes da vida³³”. O conceito aparece já subordinado ao *decorum*³⁴, ideia que fora desenvolvida antes no tratado. Buscando o sucesso de seu discurso, o orador deve

²⁹ Em *Fin.*, I, 29, ao iniciar sua exposição, Torquato diz preferir se servir de um discurso contínuo a proceder por perguntas e respostas. Já em II, 17, depois de ser reduzido à contradição no jogo dialético, pede que o interlocutor abandone as perguntas e passe, ele também, a se servir de um discurso contínuo.

³⁰ Cf. Aristóteles, *Retórica*, 1356a5 e ss.

³¹ Cf. a nota *ad locum* de Kennedy em sua edição da *Retórica*: Aristotle. *On rhetoric*. New York, Oxford University Press, 1991.

³² Cf. Aristóteles, *Retórica*, 1366a 8-16.

³³ Cic., *Orator*, 128: *Duo sunt enim, quae bene tractata ab oratore admirabilem eloquentiam faciant. Quorum alterum est, quod Graeci ethikòn uocant, ad naturas et ad mores et ad omnem uitae consuetudinem accomodatum.*

³⁴ Cf. Cic., *Orator*, 70-72.

manifestar um caráter adequado às circunstâncias do discurso, isto é, apropriado tanto à causa que defende quanto aos ouvintes entre os quais discursa.

Essa adequação à causa (e, portanto, à *res* de que se trata) e ao auditório, esperada por Cícero do orador ideal, parece trazer problema à personagem de Torquato. Se, por um lado, o patrono do prazer deve manifestar o *êthos* típico de um seguidor de Epicuro, sem o que se afastaria dessa filosofia³⁵ e correria o risco de dirimir o crédito do seu discurso (e, do ponto de vista poético, sem o que a ficção não seria convincente), por outro lado, ele é pressionado, pelo tipo de ouvinte diante do qual discursa, a adotar uma postura que se aproxima dos valores romanos. Os ouvintes primeiros são os interlocutores, Cícero e Triário. Mas, em ponto chave da refutação empreendida pela personagem que leva o nome do autor, Torquato será provocado a levar em consideração também aqueles que são como que ouvintes em segundo plano: os romanos em geral, aqueles que o autor pretende formar, como bons homens públicos, por meio da filosofia, aqueles contemporâneos diante de quem ele, o autor, reclama a pertinência do seu trabalho de divulgar e discutir filosofia no idioma dos romanos.

Não defendemos aqui que o apego à doutrina, por um lado, e a necessidade de levar em conta o auditório romano, por outro, produza uma incoerência que seja da ordem da mimese. Não se trata de infringir o *commodum* a que nos referimos acima. O tipo epicurista-político é possível e compreensível por parte dos leitores. Não são poucos os exemplos históricos de homens assim³⁶. Mas, por meio da personagem e do discurso que lhe é atribuído, o autor parece escancarar a incoerência inerente a esse tipo de homem. Trata-se de uma incoerência que é lógica e moral. Pois se faz ver na inadequação entre o discurso e a ação do homem. Vejamos em detalhe.

O discurso de Torquato, que ocupa boa parte do livro I, manifesta, em diversos momentos, a adesão do jovem romano ao pensamento de Epicuro. Chamam atenção passagens em que se refere ao fundador da doutrina com reverência extrema. Na seção 14, por exemplo, afirma que Epicuro foi o único filósofo a ter enxergado a verdade e a ter livrado as almas dos homens dos mais graves erros³⁷. Já na seção 32, chama-o de “descobridor da verdade e como que arquiteto da vida feliz³⁸.”

³⁵ Antecipamos um tema que voltará a ser tratado: na filosofia de Epicuro, o discurso dificilmente pode se apartar da prática, do costume, do modo de vida.

³⁶ Veja-se o tratamento dado ao epicurismo romano em P. Boyancé, *Lucrece et l'épicurisme*. Paris, PUF, 1963, p. 7-32.

³⁷ *Fin.*, I, 14: *eum quem ego arbitror unum uidisse uerum maximisque erroribus animos hominum liberauisse.*

A enorme devoção demonstrada pelo mestre é característica conhecida dos discípulos de Epicuro. É um traço também ressaltado pelo refutador, que, no livro II se refere às celebrações da memória de Epicuro realizadas pelos adeptos dessa filosofia, que festejavam os aniversários do mestre³⁹. No primeiro livro das *Tusculanae disputationes*, em uma página em que se ironiza o temor religioso e o medo do *post mortem* de que nos teria libertado Epicuro, a *persona* do *magister* se diz surpreso pelo fato de os seguidores de Epicuro o venerarem como a um deus, quando sua grande façanha, na verdade, teria sido livrar os homens daquilo que não assustaria sequer as velhas mais supersticiosas⁴⁰.

Devoção semelhante nós podemos observar em um ilustre expositor da filosofia do Jardim, cujo poema deve remontar à década anterior à da composição do *De finibus*⁴¹. Em seu *De rerum natura*, Lucrécio, unindo à exposição filosófica as convenções da poesia épica, exalta Epicuro em quatro de seus proêmios, conferindo ao filósofo um estatuto quase divino, ou mesmo divino. No quinto canto, ao comparar os benefícios trazidos por Epicuro com os dons ofertados por supostos deuses, tradicionalmente cultuados, a *persona* do poeta-professor afeta sua incapacidade em negar o estatuto divino àquele que, como um deus benévolo, teria propiciado aos homens a vida tranquila, alcançada por meio da sabedoria, tendo-os livrado das trevas da ignorância, das vagas das inquietações⁴² e da terrível ameaça dos deuses tradicionais⁴³. A confissão entusiasmada como que escapa da *persona* do poeta – *deus ille fuit, deus*⁴⁴ – e se presta a uma ressalva: só parece válida diante da comparação com os deuses cultuados pela maioria... No entanto, é enfática, contém a repetição do significativo termo *deus* e se faz ecoar, além do mais, um pouco adiante, recurso que confere força à argumentação de toda a passagem⁴⁵. Ora, se Ceres e Líber são tidos por deuses – a passagem II, 655-660 parece indicar, pelo contrário, que Netuno, Ceres, Baco etc. não são deuses, mas tão somente nomes de que os homens se servem abusivamente para lidar com elementos da

³⁸ *Fin.*, I, 37: *totam rem aperiam eaque ipsa quae ab illo inuentore ueritatis et quasi architecto beatae uitae dicta sunt explicabo.*

³⁹ Cf. *Fin.*, II, 101-103.

⁴⁰ Cf. *Cic.*, *Tusc.*, I, 48.

⁴¹ Sobre vida e obra de Lucrécio, ver P. Boyancé, *op. cit.*, p. 16-17, que reúne os principais testemunhos.

⁴² Lucrécio, *De rerum natura*, V, 8-12.

⁴³ Lucrécio, *De rerum natura* I, 62-71

⁴⁴ Lucrécio, *De rerum natura*, V, 8.

⁴⁵ Cf. Lucrécio, *De rerum natura*, V, 19 e 51.

natureza –, Epicuro, bem mais do que esses, deve ser considerado um deus, tendo em visto a grandeza do dom que proveu aos homens⁴⁶.

Vale dizer que esse motivo, utilizado pelo autor do *De rerum natura*, assim como pelo expositor do livro I do *De finibus*, pode encontrar alguma fundamentação filosófica nos textos do próprio Epicuro. Recordemos o final da chamada *Carta a Meneceu*, em que o sábio é considerado como um deus que caminha entre os homens. Ainda que vivendo em tempo finito, desfruta de um prazer tão grande quanto o que está à disposição dos deuses⁴⁷.

Na análise do *éthos* de Torquato, também merecem destaque aquelas passagens em que manifesta o desejo de expressar fielmente as ideias do mestre. Logo ao começar sua exposição, Torquato diz: “procederei da forma como ao próprio fundador da escola parece bem⁴⁸.” Condizentes com as manifestações desse desejo são as diversas alusões a textos de Epicuro e as traduções propostas pelo jovem romano. É de novo um traço que encontra importante paralelo no poema de Lucrécio. No próêmio do canto III do *De rerum natura*, por exemplo, a *persona doctoris* afasta a pretensão de querer rivalizar com o mestre e manifesta o desejo ardente de imitá-lo, por amor, e de seguir fielmente os seus passos⁴⁹.

Há momentos, no entanto, em que Torquato expressamente abandona a ortodoxia. Quando trata da amizade⁵⁰, por exemplo, ao invés de seguir apenas o pensamento de Epicuro, o expositor propaga duas outras explicações que, conforme afirmam os dois debatedores, não foram avançadas pelo mestre⁵¹. Essa multiplicidade de explicações sobre a amizade revela que o pensamento de Epicuro, apesar da fidelidade expressa pelos seus seguidores, sofreu, após a morte do mestre, algumas alterações, motivadas, segundo o próprio expositor, pelas críticas das outras escolas. Ora, a maneira como as explicações são apresentadas acaba por sugerir a insuficiência da teoria original. E não apenas os detratores pensariam assim, mas mesmo dos adeptos do Jardim. Se houve necessidade de alteração, os epicuristas que

⁴⁶ A *persona* do professor-poeta do *De rerum natura* é complexa... Aqui, ao louvar Epicuro de modo hiperbólico, ela parece se colocar, paradoxalmente, do lado dos “ímpios”, que têm opiniões equivocadas sobre os deuses. Ora, os deuses de Epicuro não interferem no mundo dos homens. Por que exaltá-lo como um deus, tendo como critério os benefícios que teria trazido à estirpe humana?

⁴⁷ Cf. Diógenes Laércio, X, 135.

⁴⁸ Cic., *Fin.*, I, 29: *sic agam ut ipsi auctori huius disciplinae placet*.

⁴⁹ Cf. Lucrécio, *De rerum natura*, III, 4-6.

⁵⁰ Cf. Cic., *Fin.*, I, 65-70.

⁵¹ Cf. Cic., *Fin.*, I, 69 e II, 82.

estavam “um pouco receosos” diante das críticas, revelam insegurança e insatisfação com as explicações do mestre. Foram, no entanto, “agudos o bastante” para promover alterações pertinentes⁵². Ressalta-se assim, por um lado, certa incapacidade teórica do mestre e, por outro, pontos de discordância entre os seguidores da doutrina.

Outra faceta importante do *êthos* do expositor é o propósito de desfazer qualquer má compreensão que possa haver com relação ao bem supremo. Em 39, por exemplo, Torquato distingue o pensamento de Epicuro do de Aristipo por meio de uma brincadeira que seu pai dirigia aos estoicos, que criticavam o prazer servindo-se de uma estátua de Crisipo⁵³. Preocupação semelhante já se encontrava no próprio Epicuro. Na *Carta a Meneceu*, por exemplo, ele parece tomar precauções para que não seja mal interpretado por seus leitores, os quais poderiam pensar que o prazer que ele defende é aquele dos intemperantes, o do gozo dos sentidos⁵⁴.

No modo como Torquato tenta desfazer esse tipo de má compreensão da doutrina, há algo, entretanto, que parece dirigido especialmente aos romanos:

“Agora, porém, tornarei explícito o que em si próprio e de que tipo é o prazer, para que se suprimam todos os erros dos que não conhecem a doutrina e que se compreenda quão grave, quão continente, quão severa é esta que é tida como uma doutrina voluptuosa, sensual e licenciosa⁵⁵.”

O argumento é semelhante ao encontrado na *Carta a Meneceu*, mas os termos usados parecem desvirtuar certo aspecto da doutrina. Ora, *gravis* e *severa* são adjetivos que apontam para virtudes que o romano tradicional considera distintivas desse povo, ou ao menos da classe dirigente. *Seueritas* designa, por exemplo, a firmeza no lidar com ofensas, agravos. Diz-se do caráter inflexível, que não faz concessões. Relaciona-se à atividade guerreira, mas também ao que é da gestão da cidade, como, por exemplo, no contexto

⁵² Cf. Cic., *Fin.*, I, 69: *sunt autem quidam Epicurei timidiores paulo contra uestra conuicia, sed tamen satis acuti.*

⁵³ Cf. Cic., *Fin.*, I, 39.

⁵⁴ Cf. Diógenes Laércio, X, 131.

⁵⁵ Cic., *Fin.*, I, 37: *nunc autem explicabo, uoluptas ipsa quae qualisque sit, ut tollatur error omnium imperitorum intellegaturque ea quae uoluptaria, delicata, mollis habeatur disciplina quam gravis, quam continens, quam seuera sit.*

jurídico. *Grauitas* não está distante, liga-se ao peso, à importância. Moralmente, é o modo de proceder que inspira autoridade. Tem uso político importante. É a postura ideal do homem público na gestão do interesse comum⁵⁶. Na passagem, servem, ao lado de *continens*, para qualificar a doutrina, no momento em que lhe é negada qualquer propensão à licença. Interessante notar como esses adjetivos fazem o discurso de Torquato se afastar da leveza, da alegria e da jovialidade presentes em alguns textos que tratam do exercício diário que seria, para Epicuro, o filosofar. Recordemos, por exemplo, a exortação ao riso, que deve acompanhar a gestão da casa e o filosofar na *Sentença Vaticana* 41. É claro que o epicurismo defende a continência, promovida pela prudência, que é virtude central no sistema, mas o aspecto sério, grave, severo, que se atribui à doutrina, sem desprezar a postura polêmica da passagem, parece mais próximo de uma preocupação que é bem romana. A questão envolve, em última instância – é verdade –, a complexa recepção da filosofia, em geral, em Roma. Difícil não relacionar o passo à ideia ciceroniana de conferir cidadania romana à filosofia⁵⁷.

Também é complexo o posicionamento de Torquato com relação à participação política. É bem conhecido o preceito epicurista que defende o afastamento do sábio das atividades políticas⁵⁸. Quando reflete sobre os desejos, Torquato se coloca em conformidade com esse modo de pensar. Diz que a busca pelo poder, pela distinção política, pelo prestígio social, é motivada por um desejo vão. “Ora, as doenças da alma são os desejos desmesurados e vão de riquezas, de glória, de poder e, ainda, de prazeres libidinosos⁵⁹.” Segundo o expositor, tentar satisfazer tais desejos significa expor-se a inquietações. Sabemos, contudo, que o homem histórico Lúcio Torquato, sobre o qual se constrói a personagem, desempenhou importante atividade política na Roma da época de Cícero. A esse respeito, nós vimos, no *Brutus*, a ênfase que se coloca sobre *politikós*⁶⁰. De fato, no ano em que se desenvolve a cena do primeiro diálogo do *De finibus*, 50 a. C., Torquato fora eleito para o cargo de

⁵⁶ Sobre essas noções, veja-se M. H. R. Pereira. *Estudos de História da Cultura Clássica. Vol. II. Cultura Romana*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984, p. 341-345.

⁵⁷ Cf. Cic., *Fin.*, III, 40.

⁵⁸ Cf. *Sentença Vaticana*, 58.

⁵⁹ Cic., *Fin.*, I, 59: *Animi autem morbi sunt cupiditates immensae et inanes diuitiarum, gloriae, dominationis, libidinosarum etiam uoluptatum.*

⁶⁰ Cf. Cic., *Brutus* 265.

pretor, o segundo mais importante posto na organização política da cidade, cargo que viria a exercer em 49 a. C.. É um dado, aliás, que faz parte da cena.

Quanto a esse aspecto, a estratégia do refutador consistirá em apontar a seu interlocutor o problema que há em ser, a um só tempo, seguidor de Epicuro e homem político⁶¹. Ao pretor designado, ele pergunta: de que discurso, afinal, Torquato deverá se servir no momento em que for investido da magistratura? Pregará o afastamento da vida pública? Defenderá que, no exercício de seu cargo, o prazer (ainda que entendido como imperturbabilidade⁶²) será a meta que deverá guiar todas as suas ações? Citamos:

Que mérito tu pretendes alcançar, no momento mesmo em que te investires da magistratura e subires à tribuna (pois tu deverás declarar publicamente o que observarás na execução da justiça, e até mesmo, talvez, caso bem te pareça, tu dirás algo a respeito dos teus antepassados e de ti próprio, conforme o costume tradicional), que mérito alcançarias, portanto, ao dizeres que nesta magistratura tu hás de tudo fazer com vistas ao prazer e que tu nada fizeste em tua vida senão com vistas ao prazer?⁶³

O refutador prevê, então, o clamor dos ouvintes, o desespero do povo romano diante da magistratura que se inicia. Restaria a Torquato dissimular sua opinião íntima e escondê-la com um discurso tradicional, de fachada apenas, no qual ele poderia se servir das ideias e da linguagem do Liceu, ou do Pórtico.

Esse modo de pensar, portanto, tu o adotarás: dele tu te servirás contigo mesmo e com os teus; admiti-lo em público e declará-lo tu não ousarias? Mas, por outro lado, aquilo que dizem os peripatéticos, o que dizem os estoicos, sempre está na tua boca nos tribunais e no Senado. Dever, equidade, mérito, boa-fé, ações retas, honrosas, dignas de quem comanda, dignas do povo romano, todos os riscos pelo interesse comum,

⁶¹ Cf. Cic., *Fin.*, II, 74-77.

⁶² Cf. Cic., *Fin.*, II, 76.

⁶³ Cic., *Fin.*, II, 74: *Quid enim mereri uelis, iam cum magistratum inieris et in contionem ascenderis – est enim tibi edicendum quae sis obseruaturus in iure dicendo, et fortasse etiam, si tibi erit uisum, aliquid de maioribus tuis et de te ipso dices more maiorum – , quid merearis igitur, ut dicas te in eo magistratu omnia uoluptatis causa facturum esse, teque nihil fecisse in uita nisi uoluptatis causa?*

morrer pela pátria, quando tu falas disso, nós, simplórios, quedamo-nos estupefatos, tu, por certo, ris contigo próprio⁶⁴.

Tal discussão retoma, na verdade, uma das grandes preocupações do autor na composição de sua obra filosófica, à qual nos referimos no início do texto, a saber, o propósito de formar, por meio da filosofia, futuros homens públicos. Desse ponto de vista, o argumento contra o homem público Torquato é central na refutação⁶⁵. Para Cícero, um estudioso de Epicuro que se dedique à política parece, de modo geral, colocar-se em contradição com a doutrina⁶⁶. Se ele é fiel à doutrina, sua ação não corresponde a seu discurso. O epicurista que por ventura se consagre à administração pública terá dois possíveis comportamentos: ou, sendo franco, defenderá publicamente que suas ações são guiadas por seu interesse particular (por seu próprio prazer), o que seria um discurso indecoroso e que dificilmente obteria a aprovação por parte do povo; ou, por outro lado, agindo com malícia, lançaria mão de um discurso falso, que levaria em conta o consenso (aqui representado pelas filosofias peripatética e estoica), mas que se afastaria radicalmente de seu pensamento, do seu discurso interno.

Já quando o diálogo trata de outra face da política, a guerra, reencontramos um artifício semelhante ao que vimos acima, no caso das qualificações *gravis* e *seuera*, dadas à doutrina. No momento em que deseja explicar o comportamento de seu antepassado Tito Mânlio Torquato, chamado de *Imperiosus*, o expositor, fundamentado no pensamento

⁶⁴ Cic., *Fin.*, II, 76: *Eamne rationem igitur sequere, qua tecum ipse et cum tuis utare, profiteri et in medium proferre non audeas? at vero illa, quae Peripatetici, quae Stoici dicunt, semper tibi in ore sunt in iudiciis, in senatu. officium, aequitatem, dignitatem, fidem, recta, honesta, digna imperio, digna populo Romano, omnia pericula pro re publica, mori pro patria, haec cum loqueris, nos barones stupemus, tu videlicet tecum ipse rides.*

⁶⁵ Cf. F. Prost, “Aspects de la critique cicéronienne de l’épicurisme en *De finibus* 2”, *Quaderni del dipartimento di filologia, linguistica e tradizione classica “Augusto Rostagni”*, 2, 2003, p. 87-111.

⁶⁶ Não é nosso propósito discutir de modo exaustivo a postura de Epicuro e dos epicuristas com relação à atividade política. Parece-nos, contudo, que a diretriz mais geral conduzia ao afastamento da política tradicional, daquela política dos cargos públicos, dos discursos em assembleias, da disputa pelo poder. Com isso se ajustam as notícias muitas que temos acerca do Jardim, local de convívio daqueles que estudavam e seguiam o pensamento de Epicuro, pensado como uma espécie de pequeno Estado, à parte, regulado sobretudo pela amizade entre seus membros. Por outro lado, há testemunhos que parecem sugerir que Epicuro talvez autorizasse a participação do sábio na política tradicional em situações de grande risco (Cf. Sêneca, *De otio*, 3, 2). À nossa discussão interessa, sobretudo, pensar o modo como Cícero concebe a questão e as contradições que ele, por isso, aponta em Torquato.

moral de Epicuro, justifica a severidade do homem que ordenara a execução do próprio filho por desobediência ao comando militar, dizendo que, agindo assim, ele conseguira “louvor e afeição, que são as mais sólidas fortalezas para uma vida a ser vivida sem medo⁶⁷.” De modo sutil, o discurso do expositor ajunta à afeição, que parece estar em conformidade com a amizade, ideal epicurista da vida em sociedade, a noção de *laus* no contexto de uma campanha militar, algo que parece alheio ao sistema. Em última análise, aqui o discurso de Torquato entra em contradição consigo mesmo, pois, como vimos, ele afirma em outro ponto que o desejo de glória política e militar é fonte de inquietações. Ora, sabemos como em Roma os conceitos de *laus* e de *gloria* caminham lado a lado⁶⁸.

Esse tratamento dado à noção de *laus* no discurso atribuído a Torquato manifesta a tentativa de justapor dois sistemas éticos distintos, o de Epicuro e o do *mos maiorum* romano. É um traço marcante do discurso de Torquato e que parece se ligar ao esforço intentado pelo expositor (pressionado pela personagem de Cícero), nessa exposição que lhe é atribuída pelo autor, para conciliar o *êthos* típico de um epicurista com uma postura adequada, no discurso, ao auditório romano.

Pensar *laus* como um dos elementos fundamentais para a aquisição de uma vida sem medos traz problemas. De acordo com Epicuro, o homem deve encontrar a felicidade em si mesmo. O sábio basta-se a si mesmo. É a conhecida noção de *autarcheia*⁶⁹. É verdade que esse modo de pensar traz dificuldade à fundamentação da própria amizade. Note-se o espaço considerável que se encontra nos escritos epicuristas para uma tentativa de compreender a amizade, inclusive com a mencionada multiplicidade de explicações. A partir da discussão do *De finibus*, somos levados a pensar que devia ser um ponto frágil do sistema, alvo de muitas objeções. Em parte alguma, porém, admite-se a necessidade de louvores como um meio para a vida feliz. Poder-se-ia objetar que, na passagem, *laus* não seria outra coisa senão uma certa admiração que liga os amigos. Mas a menção a *laus* se dá no contexto de uma reflexão sobre uma ação tomada em uma campanha militar, no qual o termo só pode ser entendido como a admiração prestada a uma pessoa, o comandante, por

⁶⁷ Cic. *Fin.*, I, 35: *Laudem et caritatem, quae sunt uitae sine metu degendae praesidia firmissima.*

⁶⁸ Sobre *gloria, honos e laus*, cf. M.H.R. Pereira, *op. cit.*, p. 331-339.

⁶⁹ Cf. Diógenes Laércio, X, 130. A noção é tratada também em Cic., *Fin.*, I, 45 e 53.

uma multidão, os seus soldados. É como dizer que o homem deveria pautar sua ação (a ação do antigo está sendo louvada!) na expectativa de agradar à multidão. No contexto, além do mais, a admiração teria sido angariada por meio de uma atitude extremamente violenta, a punição severa imposta ao filho. O comportamento parece se afastar de todo ideal de comportamento que aprendemos nos textos epicuristas⁷⁰.

Vale discutir também a maneira como a personagem se apresenta no que diz respeito à educação tradicional. O veemente fim de seu discurso, em que fala sobre o menosprezo à *eruditio*, está em concordância com o pensamento que Diógenes Laércio, por exemplo, atribui ao mestre do Jardim⁷¹. Torquato defende o filósofo das repreensões, feitas por seu interlocutor, de que o grego desprezaria saberes como a lógica, a retórica, o conhecimento dos poemas etc., argumentando que, para Epicuro, tais conhecimentos seriam inúteis para a aquisição da vida feliz⁷². O leitor atento, porém, não terá menosprezado que, no início da cena, antes que a discussão se dirigisse para a filosofia de Epicuro, as três personagens estavam conversando sobre obras literárias, algo que era do interesse de todos⁷³. O ensejo para o início da discussão sobre o prazer é dado por um comentário de Torquato, que diz que Epicuro não seria aprovado por Cícero por conta da elocução: teria negligenciado os ornamentos do discurso, presentes em autores como Platão, Aristóteles e Teofrasto⁷⁴.

O próprio Torquato declara que Epicuro não se ocupava muito da elocução, mas, surpreendentemente, apresenta uma postura diferente. A personagem Cícero aponta isso bem claramente. Logo depois de ironizar a falta de instrução de Epicuro e o fato de ele ter afastado seus discípulos dos estudos tradicionais, dirige-se cortesmente a Torquato, dizendo: “muito embora, tu, sem dúvida, não penso teres sido afastado absolutamente.”⁷⁵ Poderia ser um comentário motivado pelo sentimento de amizade, ou pela urbanidade com que se tratam mutuamente essas figuras ilustres da cidade, não fosse o fato de Torquato,

⁷⁰ Faz pensar, por exemplo, na célebre exortação à paz, que segue o *Hino a Vênus* no primeiro canto de Lucrécio (cf. I, 29-43).

⁷¹ Cf. Diógenes Laércio, X, 6.

⁷² Cf. Cic., *Fin.*, I, 71-72.

⁷³ Cf. Cic., *Fin.*, I, 14.

⁷⁴ Cf. Cic., *Fin.*, I, 14.

⁷⁵ Cic., *Fin.*, I, 26: *quamquam te quidem uideo minime esse deterritum.*

desde o início da cena descrito como um apaixonado pelas letras, utilizar exemplos tirados da poesia, como os de Orestes e Teseu, para ilustrar seu discurso⁷⁶. E esse é apenas um dos traços que revelam seu apego às artes liberais. É possível que, nesse ponto, o problema fosse mais abrangente e dissesse respeito a uma tendência de epicuristas do século I a. C. (veja-se o exemplo de Filodemo de Gadara), que se dedicavam a disciplinas da educação tradicional, como retórica e poesia⁷⁷.

Podemos indagar também em que medida a erudição e o cultivo das artes liberais, manifestados por Torquato, não são exigências do método de investigação filosófica empregado por Cícero e mesmo do tipo de elocução que o autor parece conceber como ideal para o filósofo. O cumprimento equânime de seu método de *in utramque partem dicere*, parece reclamar que se permitam a todas as personagens envolvidas em uma controvérsia discursos persuasivos, isto é, concebidos segundo as técnicas da oratória, com recurso a ornamentos, exemplos históricos etc. Para Cícero, a realização da mais perfeita filosofia se dá com o tratamento copioso e grave das questões mais importantes, o qual leve em consideração, evidentemente, as duas partes. É o que se defende, pelo menos, no prefácio do livro I das *Tusculanae*⁷⁸. Gravidade e abundância são características inequívocas do ideal ciceroniano de eloquência.

De qualquer modo, a erudição demonstrada por Torquato ao longo de seu discurso, se serve ao método, coincide também com o retrato que Cícero faz do indivíduo histórico na passagem do *Brutus* que vimos. Na trama do *De finibus*, esse traço aponta para o que, na ótica da personagem Cícero, é uma contradição do expositor, a qual não deixa de ser explorada no processo de refutação.

A despeito de qualquer consideração acerca do uso de artifícios retóricos por parte de Epicuro na *Carta a Meneceu* e nas *Sentenças e Máximas*⁷⁹, importa-nos sobretudo o juízo

⁷⁶ Cf. Cic., *Fin.*, I, 65.

⁷⁷ Ora, problema semelhante pode ser observado em Lucrécio, de que falamos acima. Discutir mais profundamente a avaliação que o próprio Epicuro e que epicuristas tardios fizeram da educação liberal é uma questão que extrapola o escopo deste texto.

⁷⁸ Cf. Cic., *Tusc.*, I, 7.

⁷⁹ Como as que se encontram, por exemplo, em D. Marcovic. *The rhetoric of explanation in Lucretius's De rerum natura*. Leiden, Brill, 2008, p. 24-29.

feito por Torquato, que aponta a elocução negligente do mestre. O discurso que pronuncia para apresentar a teoria do prazer, contudo, revela bastante cuidado de quem o compôs.⁸⁰ Cícero, autor que lhe atribui tal discurso, afirma que o cuidado com a exposição no discurso de Torquato é superior ao que se costuma observar em outros epicuristas:

O sistema de Epicuro, que é o mais conhecido da grande maioria; tu perceberás que nós o expusemos de um modo tal, que nem mesmo aqueles que aprovam tais ensinamentos costumam desenvolvê-lo de forma mais acurada⁸¹.

Do ponto de vista da elocução, portanto, o discurso de Torquato, estaria, para Cícero, mais próximo do seu ideal de *rhetorica philosophorum* do que os discursos de epicuristas como Amafinio e Rabírio, mencionados por Cícero (por vezes só aludidos) como maus exemplos de elocução filosófica⁸². Ao contrário de Torquato, que deveria estar pronto a falar para todos os romanos (observe-se a pressão do auditório, a que já fizemos referência), Amafinio e Rabírio escreviam, de acordo com a crítica ciceroniana, para os epicuristas apenas: eram assim incapazes de bem comunicar aquilo que pensavam⁸³.

Torquato é, portanto, uma personagem extremamente complexa. Se, de modo geral, apresenta com fidelidade as ideias de Epicuro, em algumas passagens, de modo sutil, associa ao pensamento do mestre do Jardim termos, noções e valores que lhe são alheios. Em que pese o fato de que ele expressa, diversas vezes, admiração pelo mestre, representa, no entanto, o ideal ciceroniano de filósofo que sabe tratar das questões de modo copioso, grave e ornado, isto é, segundo os princípios da eloquência; mais que isso, com suas ações, mencionadas ao longo do texto e que compõem parte de seu caráter, representa o ideal de cidadão que o autor do *De finibus* considera dever ser seguido: respeitoso com relação às tradições, aos seus antepassados, às instituições, interessado em educar-se na história e costumes romanos e nas artes dignas de homens livres, como a retórica. É, sobretudo, alguém preocupado com a *res publica*.

⁸⁰ O discurso está repleto dos *ornamenta dicendi* mencionados no *Orator*. Como já vimos, o expositor demonstra conhecer bem poesia e história romanas.

⁸¹ Cic. *Fin.*, I, 13: *Epicuri ratio, quae plerisque notissima est. Quam a nobis sic intelleges expositam ut ab ipsis qui eam disciplinam probant non soleat accuratius explicari.*

⁸² Cf. Cic., *Acad.*, I, 5; *Tusc.*, I, 6; *Fin.*, I, 8.

⁸³ Cf. Cic., *Tusc.*, I, 6 e II, 7.

Um interessante argumento utilizado por Cícero na refutação do pensamento moral de Epicuro no *De finibus* consiste na inversão de um conhecido argumento dos moralistas. É comum repreenderem em algumas pessoas uma incoerência entre o que dizem e o que fazem. Normalmente, são criticados por falarem de modo virtuoso e agirem de modo vicioso. A Epicuro Cícero atribui o contrário. Pensa mal, desenvolve uma doutrina cheia de erros, inconsistências. Mas age bem⁸⁴. Era um sujeito naturalmente inclinado ao bem, defende Cícero. É um traço que, de alguma forma, encontra repercussão em Torquato⁸⁵.

Em sua atuação ao longo do diálogo, portanto, Torquato parece um epicurista mais no discurso do que na ação. Ele demonstra conhecer a doutrina de Epicuro com propriedade, mas, estranhamente, não a pratica. Do ponto de vista da ação, ele se apega antes ao *mos maiorum*. Seu prestígio político, que deve ter lhe auxiliado na obtenção do cargo público, vem, em parte, do fato de pertencer a uma família renomada pelo severo apego ao interesse público e que em vários momentos forneceu exemplos de ações heroicas em favor do bem comum. A postura política de Torquato, mártir republicano, ademais, indica que suas ações se conformavam aos valores historicamente ligados ao nome de sua família. Se recordarmos que, no pensamento do Jardim, todo o sistema converge para a ação no dia-a-dia e na busca contínua pela felicidade⁸⁶, Torquato se mostra, na verdade, um epicurista incompleto. Não obstante, Cícero utiliza-o como expositor da doutrina do Jardim em detrimento de outras opções de que poderia dispor. Seu grande amigo, Ático, com quem manteve intensa correspondência, era adepto do epicurismo e demonstrava, em alguns aspectos da vida prática, maior fidelidade à doutrina do que Torquato. Ático, por exemplo, sempre se absteve de uma participação direta na vida política. A utilização de Torquato como personagem do diálogo sobre o pensamento moral de Epicuro não foi, seguramente, fortuita. Deve ter sido fruto de uma decisão bem refletida por parte do autor do *De finibus*. Os outros casos de composição de personagens parecem corroborar essa afirmação. Sua escolha para a função de patrono do prazer parece contribuir decisivamente, na argumentação geral do tratado, para a recusa total da teoria moral de Epicuro. Dentro do

⁸⁴ Cf. Cic. *Fin.*, II, 81.

⁸⁵ Cf. Cic. *Fin.*, II, 58, 80 e 96.

⁸⁶ Cf. Diógenes Laércio, X, 132, passagem central da *Carta a Meneceu*, em que o autor defende a primazia da prudência (*phrónesis*), ou sabedoria prática, sobre a própria filosofia.

método de *in utramque partem dicere*, a utilização de tal personagem, em que se pretende reunir dois modos inconciliáveis de proceder, propicia a exclusão da doutrina do Jardim do projeto pedagógico ciceroniano. Mas não é uma exclusão sumária. A doutrina foi refutada... O tratamento da doutrina, no quadro dramático proposto, garante a sua superação. Demonstra-se o quanto ela é incompatível com os valores republicanos romanos e, portanto, o quanto ela é inapropriada – e mesmo nociva, desde que não refutada – para a formação filosófica dos homens públicos romanos.

Bibliografia citada:

- Aristoteles, *Ethica Nicomachea*, Recognouit breuique adnotatione critica instruxit L. Bywater. Oxford, Oxford University Press, 1894.
- Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross, São Paulo, Nova Cultural, 1987 (col. *Os Pensadores*).
- Aristote. *La poétique*. Texte, traduction, notes par Roselyne Dupont-Roc et Jean Lallot. Paris: Editions du seuil, 1980.
- Aristotle, *On rhetoric. A theory of civic discourse*. Newly translated with introduction, notes and appendixes by George A. Kennedy, New York, Oxford University Press, 1991.
- Aristote. *Rhétorique*. Texte établi et traduit par Médéric Dufour, Paris, Les Belles Lettres, 1932.
- Cícero, *Academica*. Text revised and explained by J.S. Reid. Hildesheim, Georg Olms, 1984 (1885).
- Cicero, *Brutus*. With an English translation by G. L. Hendrickson, London, Harvard University Press, 1988.
- Cicero, *De finibus bonorum et malorum*. Recognouit breuique adnotatione critica instruxit L. D. Reynolds, Oxford, Oxford University Press, 1998.
- Cicéron, *Des termes extrêmes des biens et des maux*. Texte établi et traduit par Jules Martha. Paris, Les Belles Lettres, 1923.

- Cicero, *Epistulae ad Atticum*. Edited by D. R. Shackleton Bailey. Stuttgart, Teubner, 1987.
- Cicero, *Epistulae ad familiares*. Edited by D. R. Shackleton Bailey, Cambridge, CUP, 1977.
- Cicéron, *L'orateur / Du meilleur genre d'orateurs*. Texte établi et traduit par Albert Yon, Paris, Les Belles Lettres, 1964.
- Cicero, *On moral ends*. Edited by Julia Annas. Translated by Raphael Woolf. Cambridge, CUP, 2001.
- Cicero, *Tusculan disputations*. With an English translation by J. E. King, London, Harvard University Press, 1989.
- C. Lévy, *Cicero academicus*. Roma. École Française de Rome, 1992.
- Diogenes Laertius, *Lives of eminent philosophers*. With an English translation by R. D. Hicks, London, Harvard University Press, 1991.
- D. Marcovic. *The rhetoric of explanation in Lucretius's De rerum natura*. Leiden, Brill, 2008.
- Épicure, *Doctrines et maximes*. Introduction par Jean Pierre Faye. Traduction, notes et préface de Maurice Solovine, Paris, Hermann, 1965.
- Épicure, *Lettres et maximes*. Texte établi et traduit par Marcel Conche, Paris, Presses Universitaires de France, 1987.
- F. Prost, "Aspects de la critique cicéronienne de l'épicurisme en *De finibus* 2". *Quaderni del dipartimento di filologia, linguistica e tradizione classica "Augusto Rostagni"*, 2, 2003, p. 87-111.
- Lucrèce, *De la nature*. Traduction et présentation par José Kany-Turpin. Paris, Flammarion, 1998.
- Lucretius, *De rerum natura*. With an english translation by W. H. D. Rouse, London, Harvard University Press, 1997.
- M. Griffin, "The composition of the *Academica*: motives and versions". B. Inwood. J. Mansfeld, *Assent & Argument. Studies in Cicero's Academic books*. Leiden, Brill, 1997, p. 1-35.

M. H. R. Pereira. *Estudos de História da Cultura Clássica. Vol. II. Cultura Romana*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.

P. Boyancé. *Lucrece et l'épicurisme*. Paris, PUF, 1963.

Plato. *Gorgias*. A revised text with introduction and commentary by E.R. Dodds, Oxford, Clarendon, 1990.

Quintilian. *Institution oratoire*. Texte établi et traduit par Jean Cousin, Paris, Les Belles Lettres, 1975-1980, 7 vol.

Seneca, *De otio. De breuitate uitae*, G. D. Williams, Cambridge, CUP, 2008.

S. C. Lima, “Cícero e a obra filosófica em latim como *munus rei publicae*”. *Nuntius Antiquus*, 5, julho de 2010, p. 92-110.